

Implicações financeiras da dissolução de uma cooperativa de crédito na vida das associadas: o caso da Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula

Financial implications of the dissolution of a credit cooperative on members' lives: the case of the Women's Credit Cooperative of Nampula

Isaltina Mendes Barnete¹

Betinho Adelino Amade Muhinhanha²

Resumo

A dissolução de uma cooperativa de crédito pode trazer muitos problemas para as pessoas que dependiam dela, principalmente mulheres com poucos recursos e com dificuldades de acesso aos bancos formais. Este artigo analisa as implicações financeiras da dissolução da Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula na vida das suas associadas. Para isso, foi usada uma abordagem qualitativa, com base num estudo de caso descritivo. Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco participantes: duas beneficiárias, uma oficial de crédito, a presidente da cooperativa e uma representante de uma instituição parceira. A análise dos dados permitiu organizar os resultados em quatro pontos principais: factores que levaram à dissolução, implicações financeiras, efeitos na autonomia económica e mudanças no modo de vida. Os resultados mostram que a dissolução esteve ligada a problemas de governação, decisões muito centralizadas, pouca transparência, custos elevados, pouca variedade de produtos, dificuldades na cobrança dos créditos e falta de planeamento estratégico. Para as associadas, o encerramento significou perda de acesso a crédito em condições mais acessíveis, redução ou paralisação de pequenos negócios, diminuição do rendimento familiar e mais dificuldades para pagar despesas como alimentação, saúde, educação e habitação. Conclui-se que a cooperativa ajudou no empreendedorismo e na autonomia das mulheres, mas a sua continuidade foi prejudicada pela fraca aplicação dos princípios cooperativos e por limitações na gestão. Recomenda-se maior participação dos membros, melhoria da literacia financeira, melhor controlo interno, gestão de riscos e diversificação dos serviços.

Palavras-chave: cooperativismo de crédito; dissolução; inclusão financeira; empoderamento económico; mulheres; Nampula.

Abstract

The dissolution of a credit cooperative can bring many problems for the people who depended on it, especially women with limited resources and difficulty accessing formal banks. This article analyzes the financial implications of the dissolution of the Nampula Women's Credit Cooperative on the lives of its members. A qualitative approach was used, based on a descriptive case study. Data were collected through semi-structured interviews with five participants: two beneficiaries, a credit officer, the president of the cooperative, and a representative of a partner institution. Data analysis allowed the results to be organized into four main points: factors that led to the dissolution, financial implications, effects on economic

¹ Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula, Moçambique
email: isaltina.mendes2017@gmail.com

² Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula, Moçambique
email: bmuhinhanha@ucm.ac.mz

autonomy, and changes in lifestyle. The results show that the dissolution was linked to governance problems, highly centralized decision-making, lack of transparency, high costs, limited product variety, difficulties in debt collection, and a lack of strategic planning. For the members, the closure meant loss of access to credit on more affordable terms, reduction or paralysis of small businesses, decreased family income, and greater difficulty in paying expenses such as food, health, education, and housing. It is concluded that the cooperative helped in the entrepreneurship and autonomy of women, but its continuity was hampered by the weak application of cooperative principles and limitations in management. Greater member participation, improved financial literacy, better internal control, risk management, and diversification of services are recommended.

Keywords: credit cooperatives; dissolution; financial inclusion; economic empowerment; women; Nampula.

1. Introdução

O acesso a serviços financeiros adequados é importante para que as pessoas possam participar melhor na economia, sobretudo aquelas que têm baixo rendimento e poucas condições para recorrer aos bancos formais. As microfinanças podem ajudar na criação de pequenos negócios, no auto-emprego e na gestão das necessidades da família. No entanto, os seus resultados dependem muito da organização da instituição, da forma como ela é gerida e da qualidade dos produtos oferecidos (Ledgerwood, 1998; Psico, 2010). No caso das mulheres, o acesso ao crédito e à poupança pode melhorar a autonomia económica e a capacidade de tomar decisões, embora o crédito, por si só, não resolva todos os problemas sociais e económicos existentes.

As cooperativas de crédito têm uma característica própria, pois juntam serviços financeiros com a participação dos próprios membros na propriedade e na gestão. Em princípio, elas funcionam com base na ajuda mútua, na participação democrática e no benefício comum. Por isso, podem contribuir para o desenvolvimento local, mobilizando recursos dentro da comunidade e apoiando pessoas que normalmente ficam fora do sistema financeiro tradicional (Freitas & Freitas, 2011). Ainda assim, estas instituições precisam de equilibrar a sua missão social com a necessidade de garantir liquidez, controlo interno, boa cobrança e sustentabilidade financeira.

Segundo os dados recolhidos no estudo, a Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula surgiu em 1994, a partir de práticas colectivas de poupança, como o xitique, e de pequenas actividades produtivas. Durante o seu funcionamento, a cooperativa concedeu crédito, recebeu poupanças e apoiou iniciativas económicas desenvolvidas por mulheres. Com a sua dissolução, foi interrompido um mecanismo local que ajudava na inclusão financeira, o que levantou questões sobre as causas do encerramento e sobre as consequências para as associadas.

Deste modo, o problema de investigação foi formulado através da seguinte pergunta: quais são as implicações financeiras da dissolução da Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula na vida das associadas? O objectivo geral foi analisar essas implicações. De forma específica, procurou-se identificar os factores que contribuíram para a dissolução, perceber os efeitos financeiros, compreender as mudanças na autonomia económica e descrever como ficou o modo de vida das mulheres depois do encerramento.

2. Fundamentação teórica

2.1. Cooperativismo de crédito, inclusão financeira e desenvolvimento local

Uma cooperativa é uma organização económica formada por pessoas que se juntam para resolver necessidades comuns, usando a propriedade colectiva e a gestão democrática. No caso das

cooperativas de crédito, o objectivo é prestar serviços financeiros aos membros, procurando juntar eficiência económica, solidariedade, participação e educação cooperativa. A Recomendação n.º 193 da Organização Internacional do Trabalho reconhece as cooperativas como instrumentos importantes para gerar emprego, mobilizar recursos e promover a inclusão social (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2002). Porém, para uma cooperativa continuar a funcionar, ela precisa cobrir os seus custos, gerir bem os riscos e proteger o seu capital.

Bialoskorski Neto (2006) explica que as cooperativas têm uma particularidade importante: o membro é, ao mesmo tempo, dono e utilizador dos serviços. Esta característica pode aproximar os serviços das necessidades reais da comunidade, mas também exige participação, fiscalização e transparência. Quando os membros não recebem informação suficiente ou deixam de participar nas decisões, a confiança na cooperativa diminui e o controlo democrático fica mais fraco.

As microfinanças devem ser vistas como um meio para apoiar actividades económicas e melhorar as condições de vida, e não como uma solução automática para todos os problemas (Ledgerwood, 1998). Se o crédito for concedido sem acompanhamento, sem educação financeira e sem avaliação adequada do risco, pode aumentar a falta de pagamento e prejudicar tanto a instituição como a beneficiária. Por isso, uma cooperativa de crédito precisa combinar poupança, crédito responsável, formação, acompanhamento e controlo interno.

2.2. Crédito, empoderamento económico e qualidade de vida

O empoderamento pode ser entendido como o processo em que uma pessoa ou grupo ganha mais capacidade para fazer escolhas e participar nas decisões que influenciam a sua vida. Horochovski e Meirelles (2007) falam de várias dimensões do empoderamento, como a individual, a organizacional e a comunitária. No plano individual, o crédito pode ajudar uma mulher a iniciar um pequeno negócio, gerar rendimento e participar mais nas decisões da família. No entanto, no plano organizacional, é necessário que ela também participe nas decisões da cooperativa e tenha acesso à informação.

O desenvolvimento não deve ser visto apenas como aumento de dinheiro ou de rendimento. Segundo Sen (2000), desenvolver significa também ampliar oportunidades e liberdades reais das pessoas. Por isso, os efeitos do crédito devem ser analisados olhando para aspectos como alimentação, saúde, educação, habitação, segurança económica e participação social. Casimiro e Souto (2010) mostram que o acesso das mulheres a fundos e organizações económicas pode fortalecer a autonomia, desde que exista também formação, apoio e boas condições institucionais.

Assim, quando uma cooperativa fecha, os efeitos podem aparecer em várias áreas da vida das associadas. A perda do crédito afecta o dinheiro disponível para o negócio; a redução do negócio diminui o rendimento; e a diminuição do rendimento limita as despesas importantes da família. Além disso, quando o encerramento acontece num ambiente de pouca transparência, pode também diminuir a confiança das pessoas em futuras iniciativas colectivas.

3. Metodologia

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e interpretativa, porque procurou compreender as experiências e percepções das participantes. Foi realizado um estudo de caso descritivo, centrado na Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula. O estudo de caso é adequado quando se pretende analisar um fenómeno dentro do seu contexto real e perceber diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto (Yin, 2005). A pesquisa qualitativa também permite compreender processos sociais que não podem ser explicados apenas por números (Creswell, 2003).

Participaram no estudo cinco informantes escolhidos de forma intencional, por terem ligação directa com a cooperativa. Foram entrevistadas duas antigas beneficiárias, uma oficial de crédito, a presidente da cooperativa e uma representante de uma instituição parceira. A intenção não foi representar todas as associadas em termos estatísticos, mas recolher diferentes opiniões sobre a história da cooperativa, as razões da dissolução e os seus efeitos.

A recolha de dados foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas. O guião das entrevistas abordou temas como a entrada na cooperativa, o funcionamento da instituição, as causas do encerramento, o acesso ao crédito, a evolução dos pequenos negócios e as mudanças no rendimento e nas condições de vida. Para proteger a identidade das participantes, os depoimentos foram identificados com os códigos M1 a M5.

Depois da recolha, os dados foram organizados através da análise de conteúdo, seguindo as etapas de leitura, codificação, agrupamento por temas e interpretação (Bardin, 2011). A partir desse processo, surgiram quatro categorias principais: factores da dissolução; implicações financeiras; efeitos na participação económica e na autonomia; e mudanças no modo de vida depois da dissolução. A participação de pessoas com posições diferentes ajudou a comparar percepções, embora o número reduzido de entrevistadas seja uma limitação do estudo.

4. Resultados e discussão

4.1. Factores associados à dissolução

Os depoimentos mostraram que a dissolução da cooperativa não aconteceu por apenas uma razão. Pelo contrário, resultou de vários problemas acumulados ao longo do tempo. Entre eles, destacam-se fragilidades na governação, decisões concentradas em poucas pessoas, fraca participação dos membros e pouca prestação de contas. Uma entrevistada resumiu esta situação ao afirmar que “as decisões eram centralizadas, sem consulta aos membros” (M5). Este aspecto mostra um afastamento dos princípios de participação e controlo democrático, que são essenciais numa cooperativa (OIT, 2002).

As entrevistadas também apontaram custos fixos elevados, carteira de crédito pequena, dificuldades na cobrança e receitas insuficientes para pagar salários, instalações e outras despesas administrativas. A cooperativa não conseguiu ajustar as suas despesas à sua situação financeira, o que agravou os problemas. Do ponto de vista institucional, também faltaram um plano estratégico realista, mecanismos fortes de controlo e formação contínua da equipa em gestão cooperativa e financeira.

Outro ponto importante foi a pouca diversificação dos serviços. A cooperativa concentrava-se principalmente em pequenos empréstimos e oferecia poucas alternativas, como poupança programada, microsseguros, formação em literacia financeira ou acompanhamento dos negócios. Essa dependência de um único tipo de serviço reduziu as fontes de receita e limitou a capacidade de responder às necessidades das associadas. A experiência mostra que a missão social precisa de caminhar junto com boa gestão financeira, controlo de riscos e alguma inovação (Ledgerwood, 1998).

4.2. Perda de acesso ao crédito e efeitos nos negócios

Antes da dissolução, as participantes consideravam a cooperativa importante, porque o acesso ao crédito era menos complicado e as condições eram vistas como mais favoráveis do que as dos bancos comerciais. Os empréstimos serviam para apoiar actividades como cabeleireiro, restauração, centro de cópias, comércio e produção alimentar. Mesmo sendo pequenos negócios,

eles ajudavam as mulheres a trabalhar, a ganhar algum rendimento e a contribuir para as despesas da família.

Com o encerramento da cooperativa, as associadas perderam uma fonte de capital de curto prazo e passaram a ter mais dificuldades para financiar os seus negócios. Os bancos formais exigem garantias e documentos que, muitas vezes, não estão ao alcance de mulheres com actividades informais e rendimentos baixos. Alguns participantes disseram que reduziram as vendas, interromperam actividades ou tiveram dificuldades para repor mercadorias. Além do dinheiro, perdeu-se também um espaço de poupança, convivência e aprendizagem colectiva.

Estes resultados estão de acordo com a literatura que relaciona o crédito solidário com o desenvolvimento das economias locais, mas também mostram que esse benefício depende da continuidade e da qualidade do serviço prestado (Freitas & Freitas, 2011). A falta de acompanhamento dos negócios e de formação financeira foi um problema relevante. O crédito, quando não vem acompanhado de orientação, pode ter resultados limitados; e, quando é interrompido de forma brusca, aumenta a vulnerabilidade de pequenos negócios com poucas reservas.

4.3. Rendimento, autonomia e participação económica

Enquanto a cooperativa funcionava, o rendimento dos pequenos negócios ajudou algumas mulheres a contribuir mais nas despesas da família e a participar nas decisões económicas do lar. As entrevistas indicam ganhos de autonomia individual, o que está de acordo com a ideia de empoderamento apresentada por Horochovski e Meirelles (2007). Porém, essa autonomia, no plano pessoal, não foi acompanhada por uma participação forte das associadas na gestão da cooperativa, já que muitas tinham pouco acesso à informação e às decisões principais.

Depois da dissolução, o rendimento tornou-se menos previsível e algumas mulheres passaram a depender mais de familiares, amigos ou fontes informais de financiamento. Esta mudança dificultou o planeamento das despesas, o reinvestimento nos negócios e a resposta a situações de emergência. Em vez de crescerem, algumas actividades voltaram a funcionar apenas para garantir a sobrevivência diária. O caso mostra que a autonomia económica criada pelo crédito pode diminuir quando não existem poupanças, alternativas de financiamento e instituições estáveis.

4.4. Mudanças nas condições de vida

As participantes relacionaram o período em que tinham acesso ao crédito com algumas melhorias na vida familiar, como melhor habitação, compra de bens, alimentação mais variada, pagamento de despesas de saúde e apoio aos estudos dos filhos. Uma entrevistada contou que conseguiu ter casa própria e ajudar os filhos na escola (M4). Estes relatos mostram que o rendimento dos negócios não servia apenas para o comércio, mas também para melhorar condições importantes da família, conforme a ideia de desenvolvimento como ampliação de oportunidades (Sen, 2000).

Após a dissolução, a redução do rendimento limitou essas possibilidades. Foram mencionadas mais dificuldades para pagar alimentação, educação, saúde e manutenção da casa. Os efeitos não foram iguais para todas as famílias, mas a tendência geral foi de maior insegurança financeira. Assim, a dissolução da cooperativa não afectou apenas os negócios, mas também várias áreas do bem-estar das associadas.

Mesmo assim, os resultados devem ser analisados com algum cuidado. Como a pesquisa é qualitativa e contou com apenas cinco participantes, ela ajuda a compreender experiências e

situações vividas, mas não permite medir o impacto em todas as antigas associadas. Além disso, os dados dependem da memória e da percepção das entrevistadas. Estudos futuros poderiam incluir questionários, dados contabilísticos, análise do rendimento das famílias e comparação com outras cooperativas ainda em funcionamento.

5. Conclusões e recomendações

A dissolução da Cooperativa de Crédito das Mulheres de Nampula resultou de um conjunto de fragilidades internas, tanto na gestão como na governação. A concentração das decisões, a fraca participação dos membros, a pouca transparência, os custos elevados, as dificuldades na cobrança, a limitada diversificação dos serviços e a falta de planeamento estratégico contribuíram para enfraquecer a sustentabilidade financeira e institucional da cooperativa.

Para as associadas, o encerramento significou a perda de uma fonte de crédito mais próxima da sua realidade, a redução ou interrupção de pequenos negócios, a diminuição do rendimento e maiores dificuldades para pagar despesas básicas, como alimentação, saúde, educação e habitação. A cooperativa teve um papel importante no apoio ao empreendedorismo e na autonomia individual das mulheres, mas não conseguiu fortalecer, de forma suficiente, a participação delas na gestão da própria organização. Esta experiência mostra que a inclusão financeira só é sustentável quando vem acompanhada de boa governação, controlo e responsabilidade colectiva.

Recomenda-se que futuras cooperativas de crédito reforcem a participação real dos membros e façam prestação de contas de forma regular. Também é importante melhorar o planeamento estratégico, elaborar orçamentos mais realistas, fortalecer o controlo interno, avaliar melhor os riscos e recuperar os créditos de forma organizada. Além disso, as cooperativas devem diversificar os serviços com cuidado, promover a literacia financeira, apoiar a gestão dos pequenos negócios e manter custos compatíveis com a sua capacidade financeira. Para instituições públicas e organizações de apoio, recomenda-se assistência técnica contínua, sem retirar a autonomia e a responsabilidade dos membros.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bialoskorski Neto, S. (2006). *Aspectos económicos das cooperativas*. Mandamentos.
- Casimiro, I. M., & Souto, A. N. (2010). *Empoderamento económico da mulher: Movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (2nd ed.). Sage.
- Freitas, A. F., & Freitas, A. F. (2011). As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. *Revista IDEAS*, 5(1), 160–187.
- Horochovski, R. R., & Meirelles, G. (2007). Problematisando o conceito de empoderamento. In *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Ledgerwood, J. (1998). *Microfinance handbook: An institutional and financial perspective*. World Bank.
- Organização Internacional do Trabalho. (2002). *Recomendação n.º 193 sobre a promoção das cooperativas*. OIT.
- Psico, J. A. T. (2010). *Microfinanças: Solução para o combate à pobreza?* Escolar Editora.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planeamento e métodos* (3.ª ed.). Bookman.